

2019/22

INDIO

VOTE COM SEGURANÇA

PLANO DE GOVERNO

Trechos do discurso na convenção do PSD

21 de julho - Club Municipal, Tijuca - Rio de Janeiro - RJ

Bom dia! Antes de tudo, quero agradecer muito a quem aguenta as minhas noites de insônia, meus dias sem tempo, a falta de férias: que é a minha família. Sem vocês, eu não sou nada.

A política é a arte do acordo e da composição. Mas há princípios que são inegociáveis: A HONRA é inegociável...

Que venham conosco todos aqueles que têm nojo da corrupção e dos conchavos contra o povo.



Estamos prontos para governar. Nós sabemos com quem governar e para quem governar:

Governar com os melhores nomes do estado. Governar para o povo!!

Nossa missão está definida: fazer mais com menos, porque é preciso respeitar o dinheiro do povo.

Vamos fazer mais com menos, com princípios básicos: não roubar, não deixar roubar e não desperdiçar.

Vamos fazer mais pelos que mais precisam, porque há uma desigualdade imensa no estado.

É impossível ter paz interna com tanta desigualdade.

Vamos fazer certo para não ter que fazer duas vezes.

Não se pode rasgar o dinheiro do contribuinte. E eu vi de perto o mal que faz à vida do povo uma obra inacabada.

A SEGURANÇA PÚBLICA será nossa PRIORIDADE ABSOLUTA!!

SEM SEGURANÇA as escolas não ensinam;

SEM SEGURANÇA os hospitais não atendem;

SEM SEGURANÇA ninguém investe e não tem emprego.



Isso não pode acontecer!!! Com investigação séria, evitaremos tensão e riscos como esse.

Segurança pública se faz com polícia e polícia com policiais. Isso é óbvio, mas o óbvio nunca prevaleceu na política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Por aqui, se faz plano demais com polícia de menos. As polícias foram abandonadas. O crime perdeu o respeito e o medo da polícia. A farda e o distintivo passaram a ser símbolos do risco de morrer e não mais a certeza da prisão dos bandidos. Isso não se pode mais admitir.

Há tarefas de peso para se cumprir na segurança pública:

Desarmar os bandidos;

Retomar os territórios que eles dominam, inclusive os presídios;

Prender os criminosos e mantê-los presos;

Monitorar quem estiver solto, porque a Lei ainda é leve.

Tudo isso só é possível com investigação e as polícias. Um governador que não sente a morte de um policial e das vítimas do crime, um governador que não perde o sono com o destino da família do policial morto, não merece ser governador. Quem mata um policial, coloca em risco toda a sociedade.

Quem carrega um fuzil sem farda, sem distintivo, quer matar as pessoas de bem. É um assassino em potencial, tenha a idade que tiver. Escolheu guerra; Matar ou morrer. Então, que assuma o risco da sua escolha e sofra as consequências.

A polícia precisa ter do seu chefe supremo a garantia para agir com efetividade.... com o rigor que a Lei lhe confere. O policial representa o Estado que tem o direito constitucional do uso da força para garantir a vida das nossas famílias. Um governante que teme a opinião pública e não teme perder a vida das pessoas de bem que estão sob o seu governo, não merece governar.

No meu governo, nenhuma morte ficará impune, porque garantirei todos os instrumentos e todas as condições de trabalho para a polícia investigar e prender. E cobrarei resultados.

Farei do estado do Rio de Janeiro um exemplo nacional de combate ao crime, à impunidade e à corrupção.

*Estou movido pelo mesmo espírito que me fez relator da Lei que mudou o Brasil:
A Lei da Ficha Limpa.*

Nossa obrigação é servir. E não se servir do dinheiro público.

*É nossa obrigação prestar serviços públicos e não permitir conchavos políticos
que distribuem poder, roubam o nosso dinheiro e afastam o povo das decisões.*

Vamos devolver o governo ao seu verdadeiro dono: o povo do estado do Rio de Janeiro.



Fonte: rio-turismo.com (2018)

*Nossa vitória vai transformar esse sonho em desafio. E, juntos, vamos
transformar esse desafio em realidade.*

Que Deus nos abençoe e proteja cada um de nós.

O Rio de Janeiro será um exemplo para todo o Brasil!

PREFÁCIO

"Com quem governar, e para quem governar".

A decisão de deixar a possível reeleição para o mandato de deputado federal e a disputa pelo governo do Estado tem como objetivo vencer as eleições para implementar princípios e valores fundamentais para Reconstruir o nosso estado.

O primeiro passo para a Reconstrução se dará pela forte sensação de Segurança Pública. Com Segurança, atrairemos investimento privado que garantirá o Crescimento Econômico. E, o Crescimento Econômico é único caminho sustentável para o Rio de Janeiro ser um estado de oportunidades para viver, empreender e trabalhar. Só com Crescimento Econômico, o estado arrecadará os necessários recursos para pagar suas dívidas e investir adequadamente nas políticas de Saúde e de Educação.

Portanto, está definida a nossa prioridade: Segurança Pública, a base de todas as políticas. Vamos garantir Segurança sem planos mirabolantes. Ouviremos as polícias. Daremos a elas todas as condições de trabalho para prevenir crimes e investigar os crimes ocorridos. Com treinamento adequado, apoio aos policiais, equipamentos, tecnologia, e o que mais seja preciso, o estado do Rio será exemplo nacional na segurança.

Os policiais terão todo o respeito e apoio do governador. Suas famílias também. E isso passa por apoio político, moral, jurídico e psicológico.

E, como sem Segurança as Escolas não ensinam, os hospitais ficam sobrecarregados e não conseguem atender a demanda, sem segurança ninguém investe e portanto não se tem trabalho ou emprego.

Terei toda a liberdade de escolher os melhores nomes para nos ajudar a tirar o estado do Rio da crise que se encontra. E, essa liberdade foi garantida pela caminhada que conto abaixo.

No processo da candidatura, conversei com diversos partidos políticos para compor uma aliança que representasse diferentes segmentos da sociedade.

Mesmo com tamanha crise, os partidos persistiram no erro que, ao lado da roubalheira, ajudou a afundar o estado do Rio de Janeiro: a troca de cargos e secretarias numa eventual vitória para o governo por recursos e tempo de TV para a campanha eleitoral.

Mantive meus princípios e fiquei ao lado da sociedade que deseja uma ruptura da velha política porque já percebeu que essas negociações acabam em conchavos que rasgam recursos dos impostos para distribuir secretarias que em nada contribuem com quem mais precisa de governo.

Alianças partidárias feitas somente para aumentar tempo de TV e sem conteúdo programático têm gerado negociações políticas em troca de cargos públicos. E quem perde é o contribuinte que paga os impostos sem receber os serviços de volta.

No próprio PSD, tive a felicidade de ter pessoas de altíssima qualidade e experiência que aceitaram o desafio de reconstruir o nosso Estado.

Zaqueu Teixeira, candidato a vice-governador, deputado estadual, foi Chefe da Polícia Civil e é especialista no uso de inteligência e investigação na segurança pública.

Arolde de Oliveira, candidato ao Senado, deputado federal há 9 mandatos, tem extensa formação acadêmica.

Juntos, superamos as dificuldades em ampliar as alianças partidárias que priorizassem princípios e valores com o ditado popular: *“antes só do que mal acompanhado”*.

No ano de 2010, quando relatei o **Projeto de Lei da Ficha Limpa**, a grande maioria dos deputados e senadores era contra o projeto. E, com apoio da sociedade, que se mobilizou fortemente pelas redes sociais, **consegui transformar o projeto em Lei. A LEI DA FICHA LIMPA!** E, neste ano, mais de 7 mil candidatos condenados pela Justiça foram impedidos de concorrer, barrados pela **Lei da Ficha Limpa**.

Estou energizado com a chance de vencer as eleições e transformar o nosso estado ao lado de quem tem que definir o rumo do estado: o povo.

Nossos Princípios e Valores para o governo do estado:

Honestidade

Não roubar e não deixar roubar.

Austeridade

Fazer mais com menos com respeito ao dinheiro do povo.

Moralidade

Não negociar o interesse público em benefício próprio ou eleitoral.

Eficiência

Gestão por mérito que meça, avalie e recompense pelos resultados.

Transparência

Governo aberto para a sociedade.

Foco nas pessoas e não no corporativismo

Os impostos precisam voltar em serviços de qualidade para quem paga a conta: o povo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO E A REFORMA.....	11
2.1 Reforma Administrativa	
2.2 Descentralização – Governadorias Regionais	
2.3 Redução da despesa de pessoal, cargos e encargos	
2.4 Auditoria e Gestão dos Contratos	
2.5 Controle permanente gastos – “spending reviews”	
2.6 Gestão por resultados - “central de resultados”	
2.7 Aumento de arrecadação. Relações com o contribuinte	
2.7.1 O atendimento centrado no contribuinte	
2.7.2 As atividades de arrecadação	
3. SEGURANÇA.....	23
3.1 Sistema Penitenciário	
3.2 Segurança nas favelas - Resgate das comunidades	
4. SAÚDE.....	30
5. EDUCAÇÃO.....	32
5.1 Apoio ao Aluno. Parcerias para o seu benefício.	
5.2 Orçamento e Investimento. Estrutura e Segurança	
6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	35
6.1 Trabalho e Emprego	
6.2 Infraestrutura, Mobilidade, Planejamento e Urbanismo	
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	38
7.1 Agenda Social	
7.2 Cultura	
7.3 Esporte	
8. MEIO AMBIENTE.....	41
8.1 Agenda Azul	
8.2 Agenda Marrom	
8.3 Agenda Verde	
8.4 Fontes Alternativas	

1. INTRODUÇÃO.

“Um grande desafio está na nossa frente. Um desafio maravilhoso de devolver ao povo aquilo que dele foi roubado.”

O plano de governo se faz ouvindo a sociedade, e só estará pronto ao final dessa jornada. Até aqui, esta proposta foi construída com base em entrevistas, pesquisas, matérias, estudo de indicadores, participação em seminários, propostas e sugestões de Entidades representativas de classe, agentes de segurança, lojistas, comerciantes, empresários, empreendedores, acadêmicos, trabalhadores do serviço público e privado, profissionais do ensino e da saúde, cidadãos fluminenses e contribuintes.

O Governo Indio acredita na Segurança Pública como matriz da recuperação do estado do Rio de Janeiro pela, com a força do seu povo e o potencial dos seus ativos econômicos.

Com a qualidade técnica e o comprometimento dos servidores, tornaremos, durante os próximos quatro anos, o Rio de Janeiro em um local seguro para se viver com a família, trabalhar, investir e visitar.

O objetivo é Reconstruir o estado para prestar serviços para quem paga a conta: todos nós!



2. A RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO

“Governar com os melhores nomes do estado.”

Sem reconhecer a severa crise fiscal que atravessa o estado qualquer Plano de Governo não servirá ao seu propósito, situando-se no campo da especulação.

O Estado do Rio de Janeiro encontra-se em *Estado de Calamidade Pública*, decretado desde o ano de 2016.

Desde 2015, o Rio de Janeiro vem enfrentando expressiva frustração de receita, em flagrante descompasso com o aumento da despesa, especialmente as despesas de pessoal que não pararam de subir.

Consequentemente, o estado caminha à beira da insolvência, em face dos seus compromissos financeiros.

O governo encerrou 2017 acumulando uma dívida fiscal líquida de R\$ 137 bilhões aproximadamente, o que corresponde a 269,74% da Receita Líquida Corrente, ultrapassando a sua capacidade de endividamento (limite 200%).

Superou os limites de gastos com pessoal, alcançando expressivos 67,82% da Receita Líquida Corrente (limite 60%).

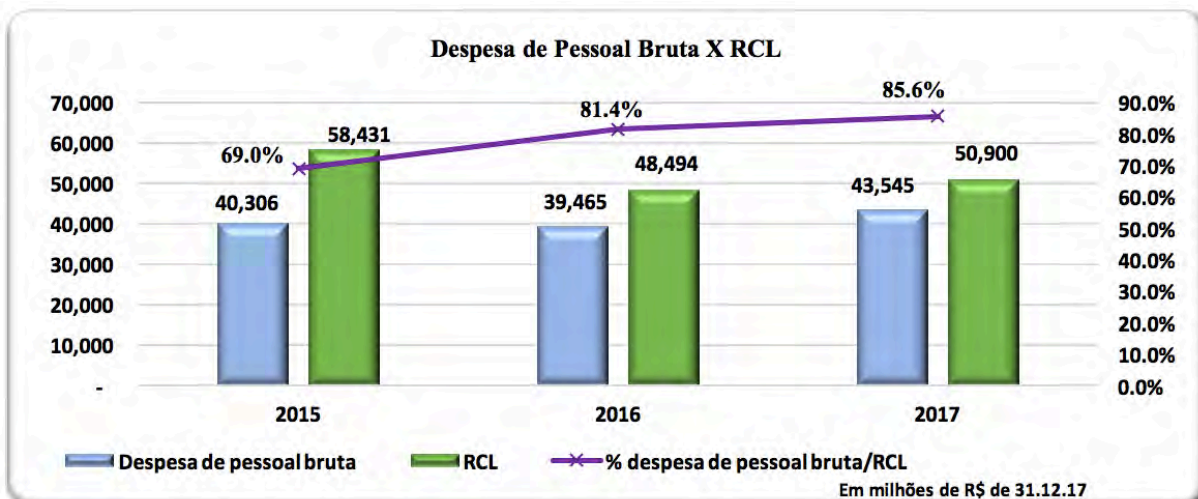
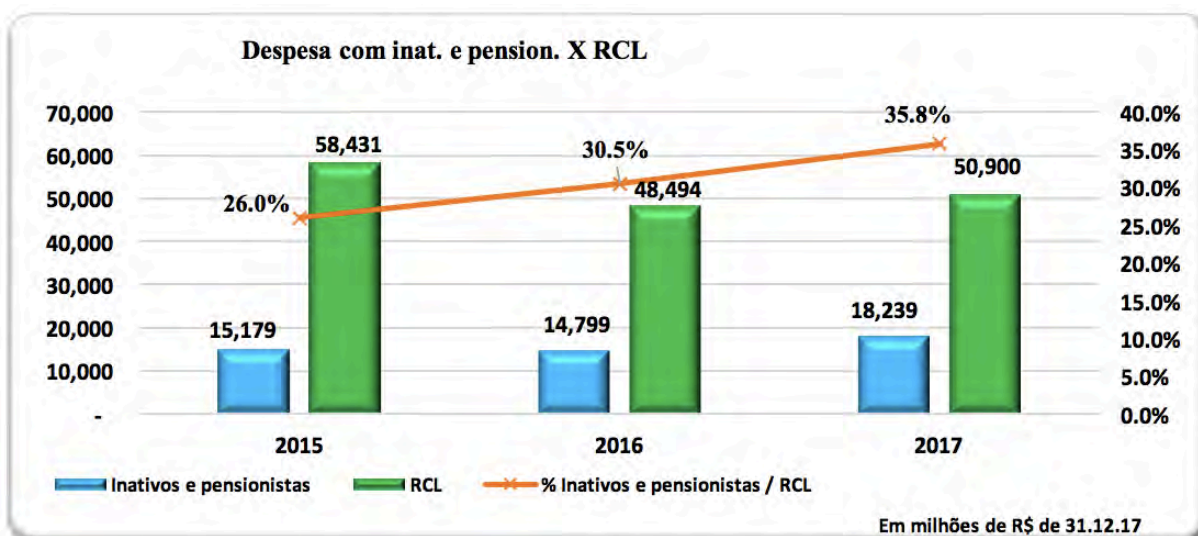
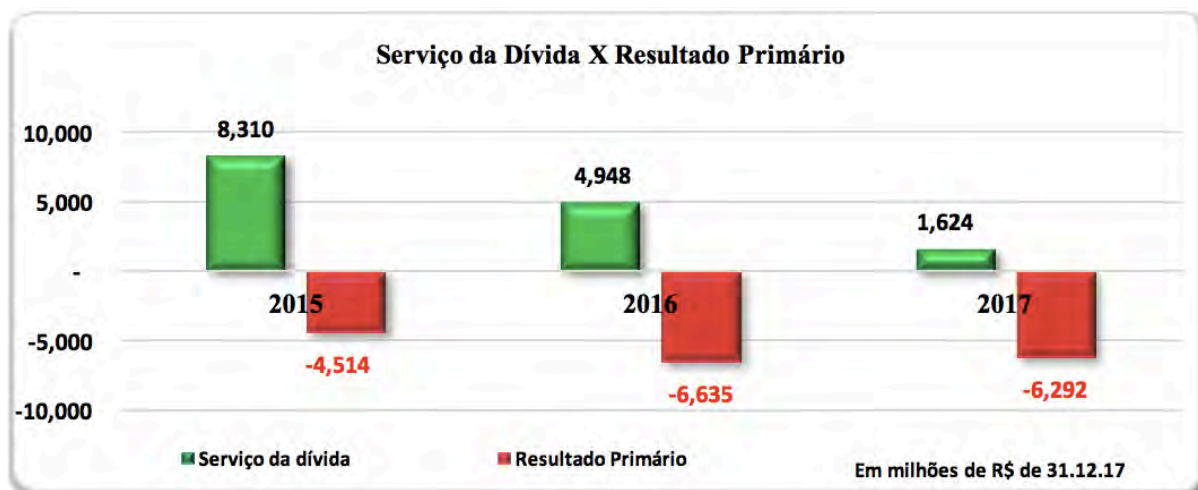
Os restos a pagar acumulados em 2017 somam R\$ 20 bilhões em dívidas do estado.

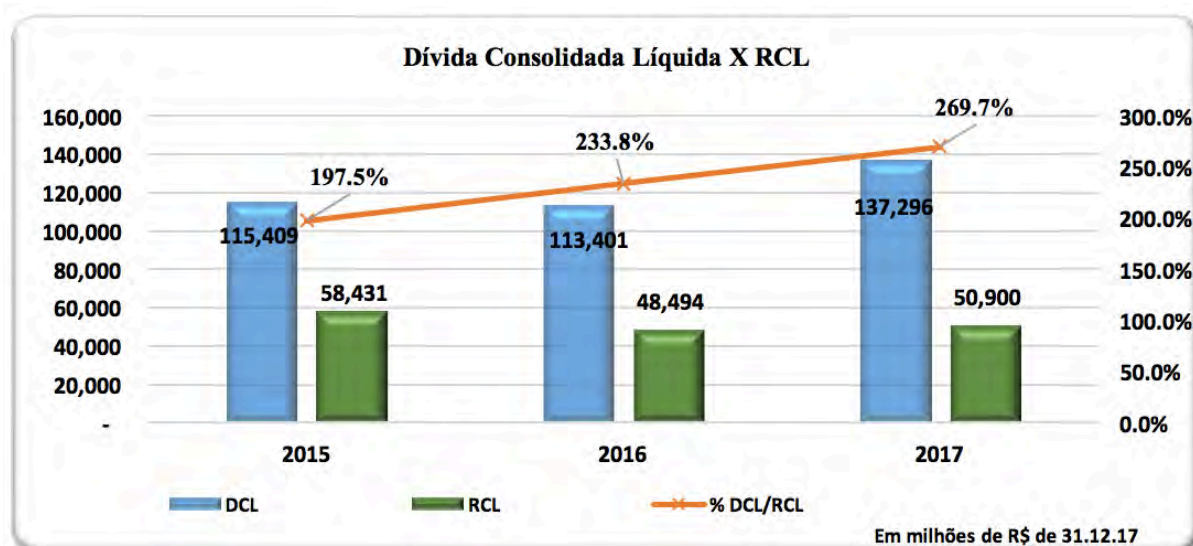
Somado à recessão econômica, a forte crise na Petrobrás e no setor de óleo e gás prejudicou sobremaneira a arrecadação estadual.

O estado vem descumprindo anualmente os limites mínimos de investimento na saúde, educação e pesquisa. Além disso, deixou de investir na habitação de interesse social os 10% do Fundo de Combate a Pobreza, executando apenas 1,04% e não aplicou no Fundo de Meio Ambiente os limites Constitucionais.

A Previdência acumula um *déficit técnico atuarial* superior a **R\$ 632 bilhões**. Em **2017**, o prejuízo financeiro foi de **R\$ 13 bilhões**.

O Regime de Recuperação Fiscal trouxe apenas um alívio momentâneo. As metas de receitas e despesas fixadas no Plano de Recuperação Fiscal não garantirão necessariamente o almejado equilíbrio fiscal em 2023.





Ciente do dever de devolver o equilíbrio as contas do estado, para a restabelecer a segurança das famílias, recuperar investimentos e gerar empregos, apenas um governo dotado do suporte das urnas e da clareza de propósitos será capaz de dialogar com a sociedade e obter o apoio para as medidas necessárias.

O plano de estabilização fiscal necessita ter os seus resultados divulgados e explicados periodicamente. O governo precisa agir com absoluta transparência, para conferir ao tema um peso político proporcional à sua importância e obter o apoio necessário.

Os dados do estado ficarão mais claros já na transição, quando a população poderá ter clareza da crise fiscal e quais medidas efetivas serão necessárias para a sua recuperação.

Com transparência, a sociedade terá acesso permanente das medidas que se farão necessárias.

O Governo Indio assume o compromisso de recuperar o grau de investimento do estado com gestão fiscal sustentável.

2.1 REFORMA ADMINISTRATIVA

A Reforma Administrativa proposta pretende reduzir os gastos e desperdícios com a burocracia e aumentar a presença do estado na sociedade.

Entre outras iniciativas se propõe reduzir a máquina pública eliminando mordomias, desperdícios, cargos de indicação política e a duplicidade de funções entre órgãos e entidades.

A estrutura administrativa terá um perfil organizacional austero, racional e funcional.

Estudos realizados pelo governo em 2014 indicaram a possibilidade de economizar até R\$ 1 bilhão em quatro anos com a reestruturação de secretarias, fundações, autarquias e empresas públicas.

Para isso, o Governo Indio reunirá um corpo técnico qualificado, para atuar com transparência total, expondo os dados, explicitando os critérios e evidenciando os ganhos almejados com a economia fiscal em cada medida do governo.

2.2 DESCENTRALIZAÇÃO – GOVERNADORIAS REGIONAIS

A tarefa de Reconstruir o estado é imensa, mas o desafio não pode afastar o governante do dia a dia das diversas regiões do estado.

Carlos Lacerda descentralizou com êxito sua administração no Estado da Guanabara, onde território e população são bem menores que os do Estado do Rio de Janeiro.

Aproveitando uma pequena parte dos cargos que serão extintos, sem criar novas despesas, o Governo Indio pretende criar Governadorias Regionais para ter convivência permanente com a sociedade em todo o estado.

As Governadorias Regionais serão responsáveis pela avaliação permanente da qualidade dos serviços do estado. Serão canais de conexão permanente das regiões com o governador. Ouvirão permanentemente os diversos segmentos da sociedade de cada região para, entre outras atividades, definir um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social que considere as potencialidades socioeconômicas de cada Região.

2.3 REDUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL - CARGOS E ENCARGOS

Na Administração Direta, a proporção entre servidores e cargos em comissão é de um cargo para cada 32 servidores do estado. Na Indireta, a proporção é de um cargo comissionado para cada 7,65 servidores. Os 8.647 cargos em comissão geram R\$ 38 milhões em despesas por mês, segundo apurado em abril de 2018.

Propõe-se reduzir de imediato 50% dos cargos em comissão.

As gratificações por encargos especiais, de livre disposição, correspondem a despesa de R\$ 500 milhões por ano.

Propõe-se reduzir de imediato 50% encargos especiais com economia de R\$ 250 milhões por ano.

No campo da gestão de recursos humanos, se propõe a fazer um exame minucioso da legislação de pessoal do estado, buscando identificar os principais fatores de crescimento vegetativo da folha e corrigir o seu impacto para as finanças.

Com uma gestão de recursos humanos eficiente, estima-se economizar R\$ 10 bilhões nos quatro anos.

Na busca de distorções, será feita auditoria na folha de pagamentos de ativos e inativos. E, a centralização dos processos de aposentadoria no Rioprevidência evitará novas distorções.

2.4 AUDITORIA E GESTÃO DOS CONTRATOS

Para devolver ao governo a credibilidade perdida, haverá o compromisso de ajustar as contas do passado, honrar os pagamentos aos servidores, os empenhos da gestão, os investimentos obrigatórios e os débitos com os fornecedores.

Os casos flagrantes de desvios encontrados serão imediatamente direcionados ao Tribunal de Contas do Estado, e em caso de suspeita de crime ao Ministério Público, confiando plena autonomia à Procuradoria-Geral do Estado para as suas ações e o ressarcimento devido aos cofres públicos.

As dívidas com fornecedores reconhecidas pela auditoria serão liquidadas por leilão reverso - maior desconto na dívida - ou outros mecanismos de composição ou compensação. Quanto aos contratos excessivamente onerosos serão relicitados ou renegociados para se obter maior desconto.

Terão prioridade os contratos com a segurança pública e a redução das diferenças sociais.

Com mais de R\$ 15 bilhões de déficit de caixa em 2017, o governo precisa fazer do crescimento econômico e da economia o centro das suas preocupações.

2.5 CONTROLE PERMANENTE GASTOS – “spending reviews”

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar 504/2018, de autoria do senador José Serra, do qual sou relator. A proposta institucionaliza no Brasil um sistema conhecido internacionalmente como “*Spending Reviews*”.

O objetivo é a melhoria permanente dos gastos públicos, a partir da avaliação de cada serviço, garantindo a economia de recursos de maneira integrada com o processo orçamentário, para controlar as despesas e a qualidade do gasto público.

No **Governo Indio**, será instituído o Controle Permanente de Gastos, independente da aprovação da matéria, para reduzir o gasto público e promover o equilíbrio fiscal.

2.6 GESTAO POR RESULTADOS - “CENTRAL DE RESULTADOS”

A Central de Resultados terá o objetivo de avaliar a produtividade de cada setor. O governo estabelecerá metas específicas para cada secretaria, atuando sobre evidências com base nos indicadores e a avaliação do impacto das suas ações, monitoradas pela Central de Resultados do Governo.

2.7 AUMENTO DE ARRECADAÇÃO - RELAÇÕES COM O CONTRIBUINTE

Em 2017, a receita tributária arrecadou **R\$ 47 bilhões**, um crescimento pífio de 1,7% em relação ao ano anterior. Resultado também inferior quando comparado aos R\$ 49,5 bilhões arrecadados em 2015.

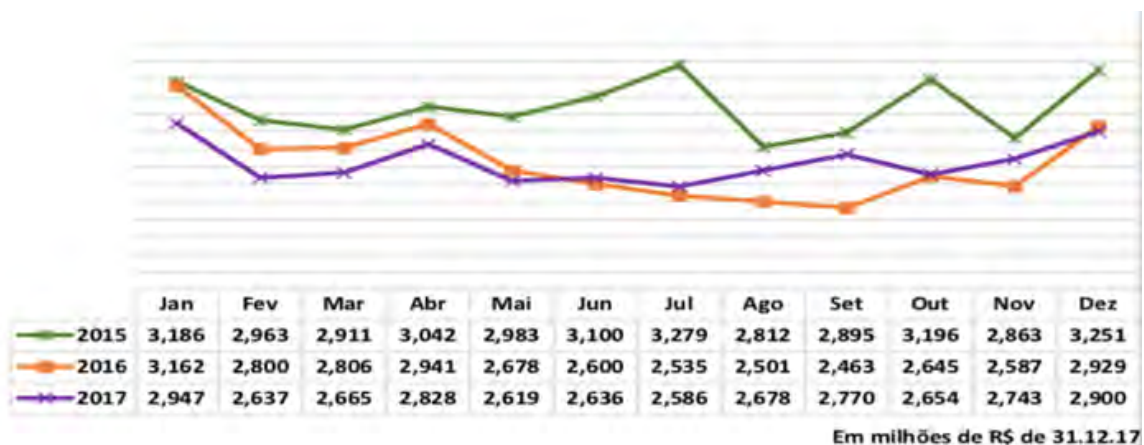
RECEITA TRIBUTARIA



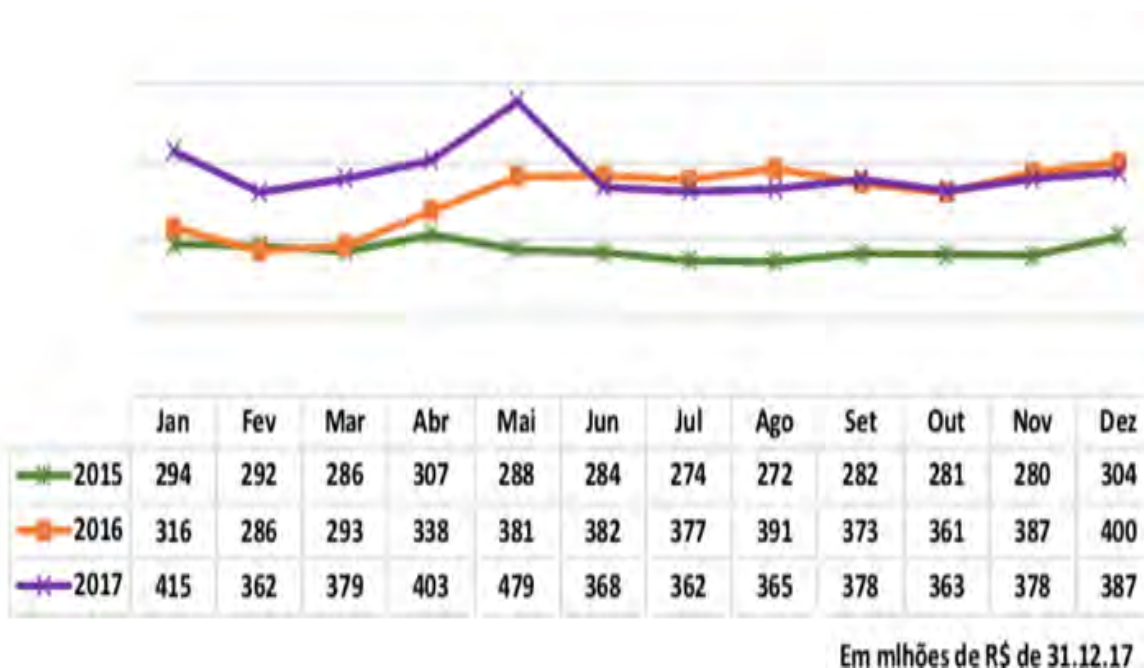
INDIO

Atribui-se esse resultado, sobretudo, ao aumento na arrecadação de ICMS (cerca de R\$32,5 bilhões); além da contribuição do Adicional de ICMS cujo crescimento real atingiu 34% desde 2015, destacando-se os *setores do comércio, comunicações e óleo e gás*.

RECEITA DE ICMS MENSAL



RECEITA DE ADICIONAL ICMS MENSAL

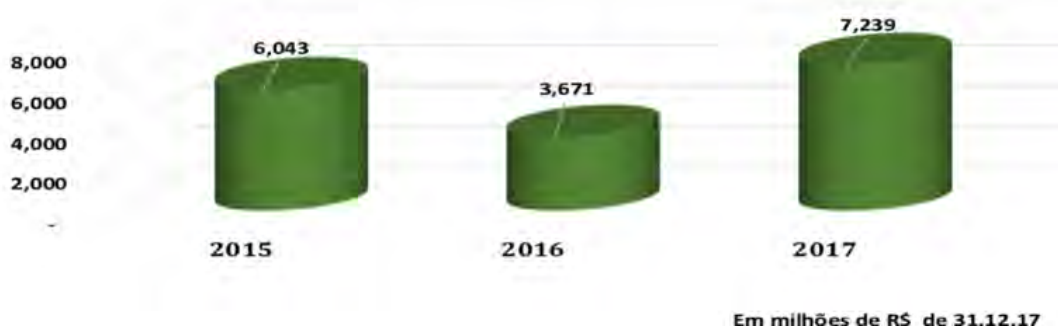


Desempenho semelhante teve o ITCMD – Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doação - devido ao aumento da alíquota: 4,5% nas transações até 400.000 UFIR-RJ e 5% naquelas acima.

O Governo Indio implantará o aperfeiçoamento tecnológico do sistema fazendário e articulará para obter maior celeridade do Judiciário, na execução das dívidas de contribuintes com a Fazenda estadual.

Em 2017, ocorreu um grande crescimento das receitas provenientes dos *Royalties e Participações Especiais* de Petróleo devido à alta do preço do barril, da cotação do dólar e do crescimento da produção.

ROYALTIES & PE

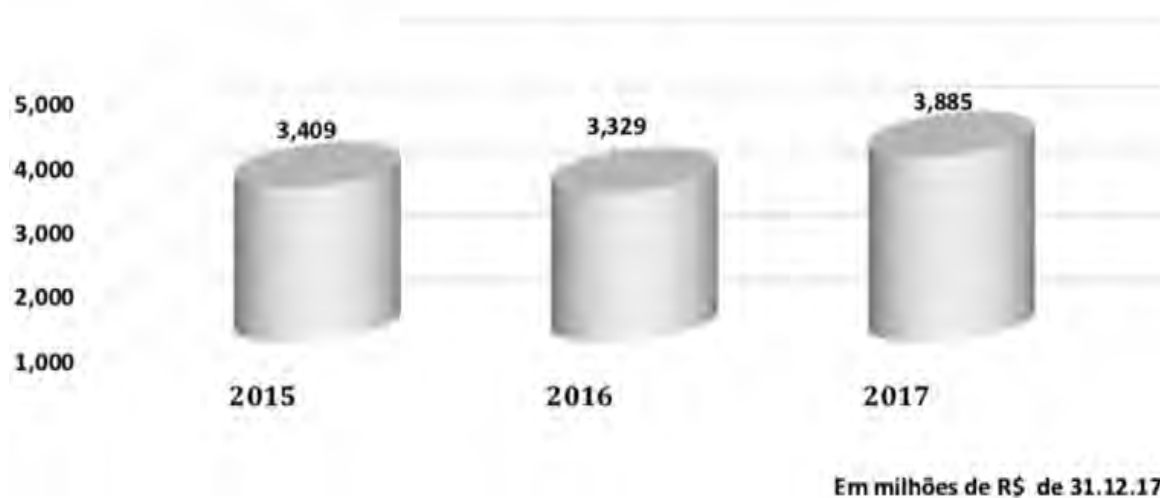


A receita advinda do *Imposto de Renda na Fonte* igualmente expressou alta em 2017, mas devido ao crescimento da folha de pagamento.

As principais receitas de transferências correntes da União tiveram queda em 2017.

Já as receitas extraordinárias cresceram com a venda da folha de pagamento ao Bradesco, à antecipação de receitas de privatização da CEDAE e do saque de depósitos judiciais feitos pelo governo para pagar precatórios, mas não retirados pelos seus beneficiários nos últimos três anos.

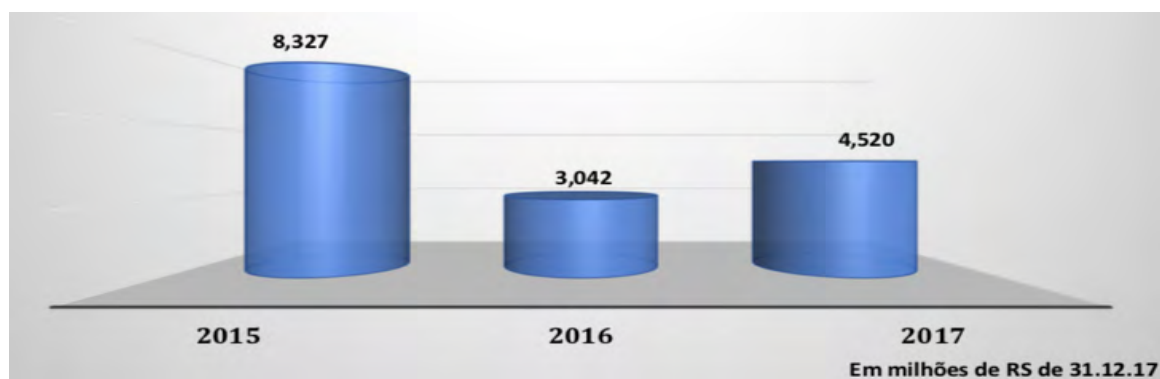
RECEITA DE IRRF



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

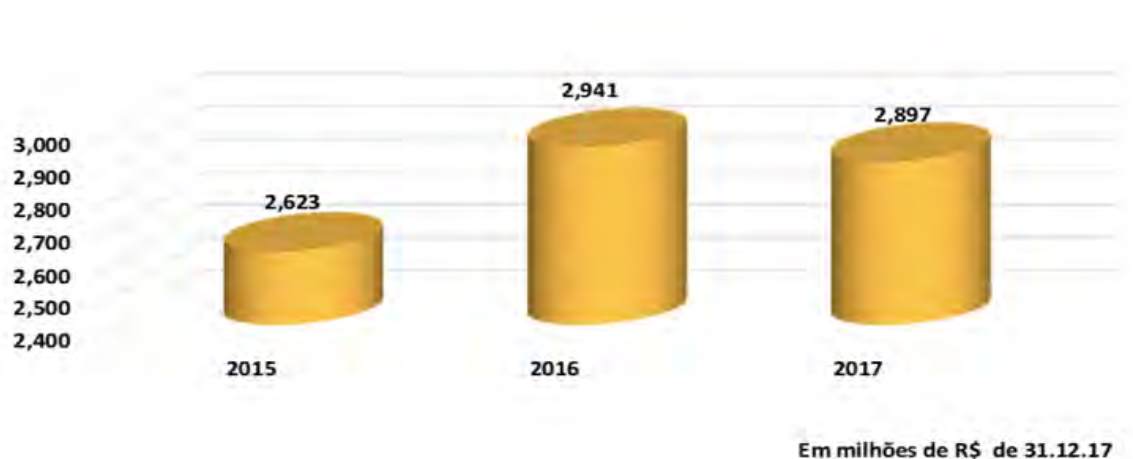


TRANSFERÊNCIAS EXTRAORDINÁRIAS



A arrecadação com o IPVA, por sua vez, esteve em queda no ano de 2017 em relação ao ano anterior, porque o forte aumento ocorrido em 2016 era em parte devido a uma receita adicional decorrente de um programa de parcelamento de débitos que não se repetiu no ano passado.

RECEITA IPVA



O Governo Indio melhorará a capacidade de arrecadação e revisará a política de incentivos fiscais do estado, privilegiando a geração de empregos e o desenvolvimento regional, mantendo uma avaliação pontual dos resultados obtidos com cada estímulo, tornando público os indicadores e a sua compreensão.

Além disso, modernizará a “máquina” arrecadadora do governo, centrando-se em dois eixos: o atendimento ao contribuinte e as atividades de fiscalização.

2.7.1 O ATENDIMENTO CENTRADO NO CONTRIBUINTE

Serão priorizados os canais de atendimento virtual para simplificar o atendimento ao público. O contribuinte terá um tratamento digno, transparente e próximo, através de medidas que nos insiram na era digital.

Ao empreendedor será reduzida a burocracia instituindo a cultura da autodeclaração, reduzindo o tempo para abertura de empresas e os licenciamentos de atividades, mas submetido a rigorosa fiscalização.

Para isso, será efetivado o fortalecimento da T.I do governo; um Portal da Transparência mais amigável e que dialogue com outros sistemas; a conta corrente fiscal, com informações sobre pagamentos e débitos; a informatização na tramitação dos autos de infração, pagamento de impostos, multas e dívidas com a fazenda pela internet; o parcelamento no cartão de crédito; e a compensação de créditos tributários online.

2.7.2 ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

O método mais eficiente na fiscalização é o cruzamento de informações, com controle e investigação.

O cerne da auditoria é o manuseio da informação que se encontra armazenada em inúmeros bancos de dados. Nesse sentido, deve-se cultivar a colaboração entre os administradores fazendários dos três níveis de governo.

Propõe-se a integração da fiscalização, a partir de investigações e com o uso da tecnologia, reforçando as barreiras fiscais nas fronteiras do estado, com operações intermitentes e com o amparo das forças de segurança para coibir toda espécie de crime.

Igualmente, propõe-se dotar a Procuradoria de infraestrutura tecnológica para a cobrança da Dívida Ativa, e para recuperar junto ao Poder Judiciário os recursos provenientes da corrupção, revertendo-os aos cofres do Estado.

3. SEGURANÇA – PRIORIDADE ABSOLUTA !!

*“Quem carrega um fuzil sem farda, sem distintivo,
está preparado para matar as pessoas de bem.
É um assassino, tenha a idade que tiver.
Ele escolheu a guerra. Pode matar ou morrer.
Então, que sofra as consequências.”*



Fonte: <http://www.e-farsas.com/rapaz-morto-pela-pm-no-rio-e-o-mesmo-do-fuzil.html> 2018

A Segurança será prioridade do **Governo Indio**. A insegurança tem fechado empresas, lojas, escolas, hospitais e outros serviços. Profissionais qualificados buscam oportunidades fora do país, investidores fogem ou recusam o estado. O custo da vida no Rio de Janeiro é muito alto.

A Constituição Federal deu aos governos estaduais papel preponderante, quase singular, na prestação de serviços de segurança pública. Ao governador cabe, portanto, o papel de ser o administrador da entrega desse serviço. Não é dele, se não das polícias, a obrigação constitucional de entregar o serviço.

Não é semântica. É fato. Quem garante a segurança pública é a polícia. O governador tem a obrigação de dar à polícia os recursos de condições para que ela entregue segurança pública ao povo.

Escolhido pelo povo para ser o gestor dos recursos públicos, como gestor, o governador tem legitimidade para aprovar os planos de ação e cobrar resultados. Se, e somente se, der as condições para que os resultados aconteçam.

Como o principal indicador de qualidade dos serviços de segurança pública é a percepção de se estar seguro, ela é elemento essencial na composição de todos os demais serviços públicos.

O indicador de percepção dá o norte: enquanto o povo não se sentir seguro para ir e vir, para aprender, para trabalhar, para ir ao lazer, a política de segurança pública não terá cumprido bom papel, ainda que reduza os índices de homicídios, de roubos de cargas ou assaltos.



Quando o serviço a ser prestado é saúde, então, a falta de segurança pública impacta brutalmente, o custo/benefício. A demanda por saúde em razão das doenças causadas pela percepção de insegurança é um fato. E quando se coloca nesse quadro a ação direta da violência, que vitimiza a população com tiros, facadas, balas perdidas, morte prematura, deficiências físicas e mentais, as estatísticas sobem muito.

No campo da segurança pública, ainda na campanha eleitoral, será preciso que o

eleitor perceba em algum candidato a garantia de ir e vir sem medo. Isso impõe a necessidade de se apresentar uma proposta crível e compreensível. O atributo de autoridade moral do governador é peça fundamental para se estabelecer, desde o primeiro momento do governo, a percepção de mudança, de fato, no rumo da prosa.

DAS POLÍCIAS. DO SISTEMA PRISIONAL.

O governador é o administrador de toda esta estrutura. Uma função que ele, quando delega, perde, no primeiro momento, autoridade e no segundo, bem rápido, a legitimidade.

Como deve ser feito o policiamento das ruas? A polícia sabe e o que ainda não sabe tem experiências no mundo todo para aprender. E ela sabe do que precisa para fazer. É quando entra em campo o governador.

Qual o objetivo do policiamento ostensivo? evitar que o crime aconteça. E, quando ele acontece, o modo como ele agiu para fugir aos controles do policiamento ostensivo deve ser objeto de avaliação, para que se fechem as brechas do sistema. Neste contexto, há um outro papel importante para o policiamento ostensivo: obter e preservar todos os elementos que sejam úteis à composição do banco de informações e investigação.

Polícia é polícia, não é segurança nem babá de marmanjo.

Para a polícia que está nas ruas, a autoridade moral do governo estará no distintivo e na farda. O tamanho da autoridade moral faz com que a apresentação do distintivo ou a aproximação do policial fardado substitua a arma e o tiro. O nome disso é dignidade para exercício da função.

A PM perdeu a imagem da dignidade, da autoridade moral. O atirar a esmo não é só uma questão de treinamento, é uma situação clara de falta de autoridade moral.

Em 2003. os jornalistas Aziz Filho e Francisco Alves Filho entrevistaram diversas pessoas e autoridades que, naquele tempo autoridades, estavam ligadas à segurança pública. Entre os entrevistados estava o Tenente-Coronel Dario Cony. Ao falar sobre o ano de 1979, ele disse: "O respeito ao policial era muito maior. Nós

dizíamos ao bandido que o direito que ele tinha era correr. Se não atirasse no policial, tinha o direito de correr, porque eu não iria atirar nele se ele estivesse correndo. Hoje (2003) é diferente. O bandido vai para o confronto, porque quer atirar no policial. Antes o bandido, que era preso, não esboçava reação, ficava calado e botava a mão na cabeça. Hoje o policial não tem tempo de dizer "mão na cabeça". Antes disso leva um tiro.

Quando o crime ocorre, entra em campo, a outra polícia. Aquela que investiga.

Como se deve investigar de forma que, com menos demora, se identifique o criminoso e se obtenha provas suficientes do crime e da autoria para o Ministério Público apresentar a denúncia e o Juiz condenar?

A Polícia Civil sabe como fazer e se não sabe há experiências no mundo todo para aprender. E sabendo como faz ela sabe do que precisa para fazer. É quando entra em campo o governador.

Entra dando as condições e cobrando resultados. Esse é o papel de quem gerencia.

As estatísticas e notícias denunciam um estoque alto de inquéritos não terminados e outros tantos paralisados. O fato mostra a necessidade de uma ação efetiva de reorganização dos métodos, estabelecendo-se, de pronto, uma rotina, que reduza os estoques para colocá-los no nível de segurança tolerável (o risco de não prescrição). Em todo o mundo, o esforço gerencial para reduzir estoques tem nome: força-tarefa com metodologia de atuação. Uma ação efetiva a tomar na entrada do governo.

Há medidas de peso para melhorar a segurança pública:

- **Desarmar os bandidos;**
- **Cortar o lucro do crime;**
- **Evitar invasões urbanas;**
- **Interromper o roubo de cargas;**
- **Prender os criminosos e mantê-los presos;**
- **Retomar os territórios que eles dominam, inclusive os presídios;**
- **Monitorar condenados em regime aberto e semiaberto.**

Tudo isso só é possível com investigação e a integração do trabalho das polícias.

Por lei, o policial tem o direito constitucional do uso da força para garantir a paz. O Governo Indio garantirá todas as condições e ferramentas para que a polícia desenvolva seu trabalho com qualidade. E cobrará os resultados!



3.1 SISTEMA PENITENCIÁRIO

Saberá o governador o que deve ser feito para que o sistema garanta que o preso cumpra a pena determinada pelo Juiz e seja devolvido à sociedade com risco menor de reincidência?

Se sabe, dará um excelente carcereiro. Mas, se não sabe e consegue dar a quem sabe as condições ideais para cumprir bem a tarefa, será um bom governador.

De todos os problemas que há na segurança pública, o sistema prisional é o que mais desafia o governador do estado. É o caos em silêncio, prestes a explodir. O Direito Penal dá aos Juízes de Execução Penal responsabilidades que eles não observam, porque não recebem do governo as condições.

O Governo Indio garantirá as condições ideais de trabalho para carcereiros, defensores e Juízes da Execução Penal. Uma das condições é a segurança para exercerem o trabalho que lhes cabe.

Ao governador cabe dar as condições e em nome do povo cobrar os resultados.

Preso perde a direito à privacidade, mas não à dignidade. Quem cumpriu a pena está livre, mas sob vigilância, enquanto existir risco de reincidência.

3.2 SEGURANÇA NAS FAVELAS - RESGATE DAS COMUNIDADES

A necessária retomada dos territórios dominados pelo tráfico e pela milícia precisa ser planejada pelo conjunto de diversas secretarias que convergirão para esses territórios. Investigação é o primeiro item. Mas não adianta investigar, prender os bandidos e ocupar o território sem pensar na sua urbanização, mobilidade, saneamento, construção de habitação social, em oportunidades para os jovens em idade vulnerável e micro crédito para todos que quiserem empreender; na requalificação de aparelhos comunitários de convivência como quadras, praças, equipamentos culturais, que envolva toda a comunidade. Esse trabalho será conjunto.

O programa de Resgate das Comunidades reúne um conjunto de atividades e intervenções em favelas e áreas de interesse social.

Novas invasões promovidas pelas milícias ou pelo tráfico serão interrompidas pelo estado.

Assim como fez quando foi secretário de urbanismo, a Regularização Fundiária será destravada no Governo Indio.

O estado produzirá novas moradias para o reassentamento de famílias que vivem em área de risco, respeitando o critério da territorialidade. Equipes qualificadas prestarão assistência técnica pelo governo aos municípios para impulsionar novos projetos, ganhando escala e agilidade no licenciamento e na obtenção de recursos federais.

A retomada do território será um projeto comum: a presença do estado com a participação dos moradores.

4. SAÚDE

“É nossa obrigação prestar serviços públicos e não permitir que usem o estado para enriquecimento pessoal”.

As ações diretas da violência e a sensação de insegurança pública impactam no atendimento da rede de saúde. A percepção de segurança contribuirá na redução das filas para consultas, exames e internações.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta hoje os piores indicadores de saúde do Sudeste, expondo a mais completa desordem no setor de regulação de leitos e marcação de consultas e exames; no processo de compras desvirtuado pela corrupção instalada; e na disponibilidade de ambulâncias para socorro e transferências.

Em parte, compreende-se o caos na saúde do estado na medida em que o governo decretou *Estado de Calamidade Pública* desde 2015¹, não cumprindo há três anos com o investimento de 12% na Saúde que lhe atribui a Constituição. No ano 2017, destinou somente 5,1%.

Além da melhoria do atendimento, o estado observará formas de saúde preventiva. Uma delas é o saneamento. Outra é através do esporte. Mas, de imediato, a principal forma de se evitar doenças é garantindo segurança.

A política pública de Saúde no Governo Indio atuará de acordo com o perfil epidemiológico de cada região. E, dentro dos seus limites, investirá na atenção básica em parceria com os 92 municípios do sistema de Saúde no estado e irá conferir apoio técnico para implementação dos programas de saúde e na busca de recursos federais.

¹ Decreto 25.521/2015

Implantar a gestão de Recursos Humanos eficiente.

Acabar com indicações políticas nos hospitais.

Atrair os melhores profissionais com intuito de recuperar a Saúde do estado.

Oferecerá capacitação dos profissionais da Saúde, por instituições como o Instituto Vital Brazil.

Outra medida do Governo Indio na saúde será investir nas Universidades, em especial a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para a produção de conhecimento e a oferta de profissionais para o governo, dedicando-se as políticas públicas de saúde do estado.



5. EDUCAÇÃO

“É nossa obrigação garantir que os impostos pagos sejam devolvidos a todos, com serviços de qualidade...”

A falta segurança pública tem impactado o sistema educacional do estado, prejudicando diretamente os alunos mais pobres, justamente aqueles cujas políticas públicas devem atender prioritariamente.

O Rio de Janeiro reúne o segundo maior *Produto Interno Bruto* (PIB) do Brasil, mas concentra os piores indicadores de educação: *grave deficiência dos alunos em português e matemática; redução na taxa de aprovação; maior taxa de distorção idade/série do sudeste; alto índice de evasão escolar, especialmente no ensino fundamental II e no ensino médio; baixo desempenho no IDEB; infra estrutura deficiente em escolas nada atrativas.*



INDIO



Diante desse quadro, o **Governo Indio** tem três eixos centrais de ação para melhorar a qualidade da educação: *apoio ao aluno e a articulação de parcerias para o seu benefício; valorização do magistério; orçamento e infraestrutura;*

5.1 APOIO AO ALUNO

O **Governo Indio** vai investir no *acesso e permanência* do aluno na escola, *reduzindo a evasão escolar e elevando os índices de conclusão do ensino médio.*

A principal proposta, ao garantir segurança para o aluno ter aulas e se concentrar nas matérias, é oferecer ensino técnico e ensino profissionalizante no ensino médio. Oferecer ao jovem capacitação profissional e fazer uma ponte entre o aluno e o mercado de trabalho para já sair da escola com experiência profissional e não na busca do primeiro emprego.

E implementar um “Sistema de Correção de fluxo” na modalidade crédito ou dependência, semelhante ao da rede privada.

Pretende-se estimular um ambiente competitivo entre os alunos nas mais diversas áreas e seguimentos, Olimpíadas de matemática, Português, Feiras de ciência, Empreendedorismo, esporte, cultura, concursos e Festivais, com a oferta de bolsas de estudo e vantagens por convênios com a iniciativa privada.

As Universidades Estaduais, especialmente a UERJ, UEZO e UENF, reverterão a sua produção e alunos para a pesquisa e o desenvolvimento de políticas públicas a favor do Estado. Deverão, também, buscar formas de transformar o conteúdo desenvolvido em atrativo para investidores. Isso motivará os alunos, o corpo docente e ajudará a financiar as universidades.

5.2 ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO

O orçamento da educação é composto, principalmente, por 44% impostos; 41% FUNDEB e 14% Fundo de Combate a Pobreza. No entanto, o governo do Estado não investiu nos últimos anos o percentual mínimo de 25% do orçamento que exige a Constituição, acumulando dívidas.

O Governo Indio assume o compromisso de executar o percentual mínimo de 25% na Educação.



6 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“O Rio de Janeiro será um exemplo para o Brasil!”

Garantindo a Segurança Pública, o estado do Rio de Janeiro reúne todas as condições para superar o momento e retomar o crescimento, a começar pela força dos ativos que possui.

O Rio de Janeiro está voltado para o mar, provido de campos de petróleo e reservas naturais que impulsionam a sua economia no setor de Óleo e Gás. Faz fronteira com três outros importantes estados, cortado por ampla rede de estradas e ferrovias, além de aeroportos e terminais. Possui boa infraestrutura portuária cobrindo a costa em locais estratégicos, com destaque ao Porto do Açu, Macaé, Porto do Rio, Itaguaí, Sepetiba e Angra.

Além das suas vocações próprias, como o setor petroquímico, o **Governo Indio** vai consolidar o Estado do Rio Janeiro também como o principal centro de comércio internacional; hub logístico de cargas para o mercado interno e externo; e centro de excelência da Indústria Naval brasileira.

O estado ainda abriga gigantes empresariais, como Petrobras, CSN, Vale, CSA, o COMPERJ e a Refinaria de Manguinhos; fábricas e montadoras de automóveis, caminhões, ônibus, autopeças, turbinas, trens; empresas do setor da construção civil; do setor de beleza, moda e entretenimento, nacionais e multinacionais. Além dos parques industriais nas Regiões Médio Paraíba, Centro Sul, Metropolitana e Serrana.

Concentramos a produção áudio visual do país com enorme potencial para o setor tecnológico e de inovação, para a indústria da cultura, do esporte e do turismo, eventos, hotelaria e alimentação; pesquisa e conhecimento.

O Rio de Janeiro também se destaca no setor farmacêutico e hospitalar, o mercado de seguros, imobiliário, setor de serviços, comércio e reúne condições para

se consolidar como o principal centro de conhecimento do país, porque possui respeitadas Universidades e Instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas.

Tem na economia rural um setor com enorme potencial, importante para a fixação no campo, o abastecimento interno e a economia de exportação, com destaque para a agricultura, o cultivo de orgânicos, pecuária, piscicultura e a pesca no extenso litoral do estado, com a oportunidade de tornar São Gonçalo um grande pólo da indústria pesqueira.

A economia rural contribui também ao desenvolvimento econômico do interior do estado pela expansão do Agrobusiness² e do turismo, suas feiras, exposições e eventos, ecoturismo e turismo rural, artesanato e a economia criativa.



O Governo Indio tem como prioridade apostar e incentivar o desenvolvimento dos ativos do estado, que é privilegiado pelo seu patrimônio histórico, parques e recursos naturais de rara beleza, unindo serra e mar.

Além da revisão dos incentivos fiscais que deverão ser direcionados exclusivamente para os setores e regiões mais estratégicos que contribuam com o emprego e o avanço tecnológico; também a infraestrutura necessária para conectar as centralidades, o meio rural com o meio urbano e os mercados internos e internacionais.

O desenvolvimento econômico, assim como o planejamento urbano e o transporte, devem trabalhar de forma integrada e complementar, voltados para gerar emprego.

² Destaque por exemplo a “Indústria de cavalos” que no ano de 2015 movimentou cerca de R\$ 16Bilhões.

6.1 TRABALHO E EMPREGO

Só teremos oportunidades de trabalho e emprego se garantirmos segurança.

O **Governo Índio** tem o compromisso de se manter sempre aberto e acessível aos empreendedores do estado, voltado para reduzir a burocracia, tornando-se um parceiro do mercado e dos investidores que se dediquem ao desenvolvimento dos setores estratégicos da economia e a produção de emprego.

6.2 INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE, PLANEJAMENTO E URBANISMO

De nada adianta o melhor ônibus, BRT ou trem se há risco de perder a vida em um assalto. Vamos investigar os criminosos, prende-los e assim garantir a Segurança dos passageiros. Serão desenvolvidos projetos que contribuam com a mobilidade, tanto através de investimentos diretos do estado, como pela celebração de parcerias público-privadas.

A política de transporte será guiada pela lógica da integração. O transporte rodoviário deverá alimentar as estações de trem, barcas e metrô, com a requalificação de terminais multimodais, intermodais e hubs de transporte, de interesse urbanístico (Desenvolvimento Orientado pelo Transporte - DOT).

A interligação dos portos e o transporte público rodoviário com oferta suficiente e estações de transbordo, unindo centralidades e firmando equipamentos urbanos e comunitários, além da produção habitacional e de interesse social.



7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

“Vamos fazer mais pelos que mais precisam, porque há uma desigualdade imensa no estado.”

O Governo Indio vai ocupar com serviços e infraestrutura, e a partir do restabelecimento da segurança, retomar territórios atualmente dominados por organizações criminosas, promovendo o resgate da dignidade e do senso comunitário nas favelas e comunidades do estado.

A prioridade é a *redução das desigualdades sociais*, atuando de forma transversal e em *rede de cooperação* para contribuir com a *Segurança, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente*.

Além da *requalificação urbana e ambiental*, com investimentos em obras de *mobilidade, saneamento e habitação*, serão priorizados os esforços e os recursos na execução e no acesso aos serviços públicos, em ações que estimulem a *sociabilidade e a cidadania* nas *comunidades, favelas e áreas que concentram a população mais vulnerável*.

Além do programa de *Resgate das Comunidades* abordado previamente no Capítulo Quatro deste plano, as ações do **Governo Indio** no campo da *Assistência e do Desenvolvimento Social* têm como principais eixos: a *Habitação*; o *Esporte*; a *Cultura*; a *Agenda Social RJ* e a *valorização e o respeito a Pessoa Humana e a Diversidade*.



7.1 ESPORTE

“Para se praticar esportes é preciso ter segurança!”

É dever de o Estado patrocinar a formação esportiva, como instrumento de desenvolvimento humano e social. E Isso ocorre quando o esporte encontra a educação. Lamentavelmente perdeu-se essa chance com a Copa do Mundo e a Olimpíada no Brasil.

O Governo Indio vai associar o esporte a educação, com o Programa Clube Colégio. O programa se baseia em um sistema de contrapartidas que envolve o Governo, Federações Esportivas, Clubes, escolas de esportes de comunidades e bairros, tendo o colégio como referência e o envolvimento dos profissionais do esporte e do ensino, além de organizações sociais, iniciativa privada e a sociedade civil, criando um ambiente estimulante e saudável de competição ao aluno, oferecendo capacitação profissional e investindo na formação de base do esporte.

7.2 CULTURA

“Haverá força na cultura quando houver a percepção de segurança!”

O Rio de Janeiro é reconhecido como o estado da música e das artes nas escolas; sede dos eventos culturais do País e destino dos grandes concertos e apresentações; berço da formação do talento artístico nacional; polo principal de produção da TV, do cinema, do teatro; referência nacional na preservação do patrimônio histórico e cultural, recuperando tradição e platéia.

A cultura, como política pública do Governo Indio, tem como vetor principal a escola e o aluno, aplicada no desenvolvimento das suas aptidões, formação humana e profissional, através de aulas de música e atividades artísticas e culturais, cursos, oficinas, festivais, concursos e apresentações, reunindo o governo, a iniciativa privada e organizações sociais que encontrarão no colégio o seu palco.

O Governo Indio assume o compromisso de prover a segurança e organização

aos eventos, sem embaraço; franquear os equipamentos públicos; apoiar as festas e calendários tradicionais da cultura fluminense, inserindo na Agenda de Turismo do Estado; contribuir na divulgação dos eventos culturais e na formação de platéia; negócios que gerem turismo e divisas ao Estado; promover um amplo programa de concessão de espaços culturais aos promotores da cultura, assim como a destinação de imóveis públicos a esse propósito.

7.3 AGENDA SOCIAL RJ

A Agenda Social RJ, que coordenará a rede de proteção e assistência, enxerga a família como núcleo central, com os seguintes propósitos: assistir o Desenvolvimento Humano do Grupo de Famílias sob a sua atenção; a rede de proteção social organizada pelo ciclo de vida dos familiares, voltada para os seguintes temas, especialmente: o Desenvolvimento Infantil; Abuso Físico, Violência e Exploração Familiar; Abuso de álcool e Drogas, Criminalidade; Alimentação Saudável; Doenças Endêmicas; Valor da Escola e Orientação Vocacional; Convivência Familiar; Saúde Sexual e Prevenção a Gravidez; Educação Financeira; Psicologia.

O **Governo Indio** investirá na capacitação dos técnicos sociais, profissionais da saúde e agentes de segurança pública, incorporando-os ao grupo de Promotores Familiares com o objetivo de fortalecer o amplo acolhimento e a assistência. A cooperação entre as ações de Desenvolvimento Social e a Saúde permitirá a atuação preventiva.

Os Promotores Familiares em cooperação com a Educação devem difundir o conhecimento via rede de ensino, estimulando os canais de debates e a comunicação, atividades lúdicas e culturais.

Destaque a atuação sobre o abuso e a dependência do álcool e drogas, com a cooperação da Secretaria de Saúde, em parceria com a sociedade civil, igrejas, independente de credo, e o encaminhamento a grupos de reabilitação, criando um ambiente colaborativo com a iniciativa privada e clínicas de tratamento e grupos de autoajuda.

8 MEIO AMBIENTE

"O mundo mudou!"

As políticas ambientais de saneamento, mobilidade, sustentabilidade, educação ambiental, novas fontes de energia, e as agendas azul, marrom e verde dependem da Segurança Pública.

Há o compromisso em se aplicar na capacitação de servidores e investir no fortalecimento e na modernização da área de meio ambiente, com o uso da tecnologia no monitoramento; também para abreviar processos e o tempo de resposta de licenças, nos casos de deferimento ou indeferimento.

Serão reprogramados os projetos prioritários sustentados com os recursos FECAM, realinhados aos eixos principais de ação do governo.

O **Governo Indio** se dedicará a quatro agendas, aderindo a todas essas a educação ambiental: agenda azul (água); agenda marrom (resíduos); agenda verde (fauna e flora); fontes alternativas de energia

8.1 AGENDA AZUL (ÁGUA)

É prioritária a constituição de políticas públicas, práticas ambientais e a infraestrutura necessária que garantam água e contribuam para a segurança hídrica do Estado.

O ano de 2014 foi marcado pela maior crise hídrica da história. Revelou a absoluta dependência do estado ao manancial do Rio Paraíba do Sul.

A boa gestão da vazão dos reservatórios pelos técnicos do INEA e CEDAE evitou o desabastecimento no Rio de Janeiro.

Os técnicos, apoiados pelos Comitês de Bacia, atuaram com firmeza com a Agência Nacional de Águas e com o Governo de São Paulo, opondo-se ao projeto de transposição do Rio Paraíba do Sul. Embora o esforço e mesmo a mobilização da

população sul Fluminense em defesa do Rio Paraíba do Sul, em reunião de gabinete entre os Governadores foi admitida a transposição sem maior negociação das contrapartidas ao Rio de Janeiro.

Perdeu-se uma grande oportunidade para atrair recursos como contrapartida para investimentos em reservação e outros instrumentos necessários para reduzir a vulnerabilidade do Rio de Janeiro.

No **Governo Indio**, segurança hídrica é questão de estado.

Nossas ações objetivam: **(i)** retomar as discussões com o Governo Federal buscando ações e investimentos em contrapartida ao projeto de transposição; **(ii)** Cobrar o término da obra por São Paulo, justamente “via de mão dupla”, permitindo na crise o direcionamento inverso ao Rio de Janeiro; **(iii)** Aproximação e o empoderamento dos Comitês de Bacia; **(iv)** investir nos Planos de Saneamento dos Municípios; **(v)** também em reservação e barragens, sobretudo no Leste e na região Norte e Noroeste; **(vi)** desenvolver programas de proteção das nascentes; **(vii)** reflorestamento; **(viii)** aprofundar os estudos sobre o lençol freático ao Norte, direcionando investimentos para captação no subsolo; **(ix)** aprofundar os estudos e parcerias público privadas avaliando técnicas de dessalinização como contingência; **(x)** investir e manter o monitoramento constante da vazão dos rios; **(xi)** estimular a captação de água de chuva e o reuso da água; **(xiii)** privilegiar para o consumo humano o uso da água.

8.2 AGENDA MARROM (RESÍDUOS)

A agenda marrom concentra-se primeiro na conclusão da política dos Consórcios de Resíduos, atingindo a meta de 100% do Estado com cobertura de aterros sanitários.

Avançar com a logística reversa e investir na reciclagem e na coleta seletiva, também por parcerias público-privadas e concessões, ampliando eco pontos pelo

estado, sobretudo para o descarte de material de construção civil na baixada, áreas conflagradas e em favelas, gerando renda e a redução do impacto no meio ambiente.

8.3 AGENDA VERDE (FLORA E FAUNA)

O **Governo Indio** tem a meta de ampliar a cobertura de mata atlântica no estado, o que impõe constante fiscalização impedindo o crescimento urbano desordenado, o plantio e a recuperação ambiental nas margens dos rios e a recomposição de florestas.

Trabalhar em parceria com os proprietários rurais, assim como com a sociedade civil organizada, fomentando o reflorestamento e a disseminação de hortos e viveiros municipais, a ocupação de áreas públicas e escolas com lições de agricultura orgânica, agroflorestas e o ensino técnico.

Implementar e consolidar a gestão participativa das Unidades de Conservação - UC do estado elaborando e/ou implementando os Planos de Manejo e programas de educação ambiental no seu território e no entorno.

Os Parques Ecológicos e Reservas Ambientais contribuem para a preservação, turismo e desenvolvimento econômico. Nos parques, será implementado o ecoturismo sustentável, para estimular parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil no formato de concessão e a instituição de controle de acesso, revertendo divisas para o estado com atividades turísticas, de ensino e pesquisa.

Especial atenção será dedicada a Proteção e defesa dos animais, ao Combate ao tráfico de animais silvestres e da flora; como também investimentos na preservação e reprodução de espécies ameaçadas, ampliando os centros de referência.

8.4. FONTES ALTERNATIVAS

Estimularemos a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de fontes de energia alternativa no território fluminense, com impacto direto não somente no Desenvolvimento Econômico e no emprego do século XXI, como também no meio ambiente.

Incentivos, não somente fiscal, mas também infraestrutura para a instalação de parques voltados a produção solar e eólica no Estado, fábricas de peças e os seus componentes, assim como para a produção de veículos elétricos e a substituição da frota de serviços nas cidades, movidos a energia limpa.

Neste sentido, dentre as medidas e benefícios se prevê a inclusão e o peso maior na partilha do ICMS aos Municípios, aqueles que contribuam e adotem fontes alternativas de energia e estimulem a economia sustentável.

No **Governo Índio**, a partilha do ICMS servirá como estímulo para os Municípios alcançarem metas estratégicas na Segurança, Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Econômico, contribuindo também na política ambiental.

No campo da pesquisa, pretende-se o envolvimento das Universidades do Estado, públicas e privadas dedicados as agendas prioritárias, com ênfase no empreendedorismo.

GOVERNADOR

INDIO

VICE • ZAQUEU

55

Plata: PSD - CMR/00000000/0001-00 - Tiragem 00000

 @indio

 /indiodacosta

 @indio.dacosta

 21 99921 0055



indio.com.br

Plata: PSD - CMR/00000000/0001-00 - Tiragem 00000

